



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS

Estado do Rio de Janeiro

PARECER

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA E ASSUNTOS RURAIS

Matéria: PROJETO DE LEI Nº 041/2025

Data: 19/08/2025

Autoria: Vereador Rodrigo Santana

Ementa: Parecer técnico-jurídico sobre o Projeto de Lei nº 041/2025, que dispõe sobre a regulamentação da aplicação de herbicidas e outros defensivos agrícolas por meio de aeronaves remotamente pilotadas (drones) no Município de São Fidélis, visando corrigir falhas na técnica legislativa e eliminar ambiguidades, sem vícios de iniciativa ou inconstitucionalidades graves, mas com alertas para suplementação adequada à legislação federal e estadual.

OBJETO DO PARECER:

O Projeto de Lei nº 041/2025 foi apresentado à Câmara Municipal de São Fidélis, com o objetivo de regulamentar a aplicação de herbicidas e defensivos agrícolas via drones no território municipal. O texto estabelece obrigações como comunicação prévia à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, vedações a aplicações em certas distâncias e condições climáticas, responsabilidades civis e administrativas, penalidades e fiscalização.

A tramitação inicia-se na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) e na Comissão de Saúde, Educação, Cultura e Assuntos Rurais, conforme o Regimento Interno da Câmara, para análise de constitucionalidade, legalidade e mérito.

O PL reflete preocupações locais com proteção ambiental, saúde pública e agricultura sustentável, alinhando-se a competências municipais previstas na Constituição Federal de 1988 (CF/88), na Lei Orgânica Municipal de São Fidélis e na legislação federal sobre agrotóxicos e aviação agrícola.

O projeto encontra-se em fase de tramitação inicial, sujeito à apreciação pelas comissões permanentes da Casa, notadamente pela CCJR, à qual compete o exame prévio de sua admissibilidade, constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS

Estado do Rio de Janeiro

Não há indícios de tramitação irregular até o momento, mas recomenda-se verificação de consulta a órgãos como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA-RJ).

FUNDAMENTAÇÃO DA CCJR:

Para fundamentar este parecer, utilizamos a Constituição Federal, Lei Complementar nº 95/1998, Lei Orgânica do Município, Regimento Interno da Câmara, Portaria MAPA nº 298/2021 e demais normas federais que tratam do tema.

ANÁLISE DA TÉCNICA E DA REDAÇÃO:

A Lei Complementar nº 95/1998 estabelece normas para a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, exigindo clareza, precisão, objetividade e ausência de ambiguidades que possam gerar dúvidas interpretativas. O art. 11 da LC 95/1998 determina que as leis devem ser redigidas com linguagem simples, sem redundâncias, com artigos articulados logicamente e sem erros gramaticais ou de formatação.

O PL em análise apresenta diversas falhas que violam esses princípios. Primeiro, há erros gramaticais e ortográficos evidentes. Segundo, há ambiguidades e imprecisões. O Art. 1º é redundante ao repetir a ementa do PL sem adicionar conteúdo normativo, violando o art. 7º da LC 95/1998, que exige que o artigo inicial defina o objeto da lei de forma clara. Art. 3º, inciso III, as condições climáticas (ventos >10 km/h, temperaturas 35°C, umidade <55%) são vagas, sem especificar métodos de medição ou fontes de dados, o que pode gerar interpretações subjetivas e riscos de deriva.

Terceiro, há redundâncias e formatação inadequada. As penalidades no Art. 5º são progressivas, mas o inciso IV menciona "apreensão do equipamento, se houver dolo ou risco iminente à saúde pública", sem definir "dolo ou risco", o que pode ser interpretado como "dolo ou risco", gerando dúvida. Além disso, a multa de R\$ 10.000,00 não especifica indexador para atualização, violando o princípio da publicidade e eficiência. Sugere-se a indexação da multa a Unidade Fiscal do Município (UFISF);

A principal correção a ser realizada é quanto a nomenclatura da Secretaria da Municipal competente, pois não existe no organograma municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS

Estado do Rio de Janeiro

a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sendo na atualidade a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Ambiental responsável por tal tema.

Sugestões de correções:

- a) Reformular o Art. 1º;
- b) Corrigir erros ortográficos e gramaticais em todo o texto.
- c) No Art. 3º, inciso III, adicionar: "As condições climáticas serão aferidas por estação meteorológica oficial ou equipamento certificado, conforme normas do INMET."
- d) No Art. 5º, esclarecer o inciso IV como "apreensão do equipamento em caso de dolo ou risco iminente à saúde pública, comprovado por laudo técnico."
- e) Incluir artigo revogatório genérico (art. 12, LC 95/1998): "Revogam-se as disposições em contrário."

Essas emendas eliminariam dúvidas e evitarão judicialização futura, que enfatiza a necessidade de leis claras para efetividade administrativa.

CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE

Não há vício, pois o PL não invade competências privativas.

O PL é compatível com a CF/88, a Constituição Estadual do RJ e a Lei Orgânica Municipal. A competência municipal para legislar sobre meio ambiente é concorrente (art. 24, VI, CF/88), permitindo suplementação à legislação federal (Lei 7.802/1989, sobre agrotóxicos) e estadual (Lei Estadual RJ 4.321/2004, sobre controle ambiental)

Embora o foco seja jurídico, o mérito político-social do PL é relevante em contexto de agricultura intensiva no Norte Fluminense, onde município de São Fidélis possui uma cultura onde muitas famílias, principalmente do interior, vivem exclusivamente de lavouras, lavouras estas suscetíveis a contaminação por deriva de agrotóxicos, colocando em risco toda sua produção e consequentemente o sustento de uma família.

Estudos da Fiocruz indicam riscos à saúde em áreas rurais, justificando regulamentação para drones, tecnologia em expansão (Portaria MAPA 298/2021 registra crescimento). Impacto orçamentário é mínimo, limitando-se a fiscalização existente, sem necessidade de novos recursos. Viabilidade prática é alta, com comunicação prévia facilitando monitoramento, mas sugere-se integração com sistemas federais como SIPEAGRO do MAPA.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS

Estado do Rio de Janeiro

Não há inconstitucionalidades materiais graves, pois o PL respeita princípios constitucionais e suplementa normas superiores sem contrariá-las.

As disposições sobre Audiências Públicas ou Consultas para Temas Ambientais, previstos na Lei Orgânica, pois o Art. 241, §1º, inciso IV, exige ampla publicidade para estudos de impacto ambiental, mas o PL não envolve obras específicas, sendo uma norma geral. Outras seções (Art. 45, §1º, inciso II; Art. 82, inciso XXXVIII) permitem audiências públicas pelas comissões ou Prefeito com entidades civis, **MAS NÃO AS TORNAM OBRIGATÓRIAS** para regulamentações como esta. O Art. 199, §2º, menciona participação em planos diretores, que podem incluir aspectos ambientais, mas não se aplica diretamente. **RECOMENDA-SE AUDIÊNCIA VOLUNTÁRIA** (como por exemplo, consulta ao INEA-RJ ou MAPA) para robustez, mas sua ausência não impede votação.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, conclui-se que o **PROJETO DE LEI Nº 041/2025 É JURIDICAMENTE ADMITÍVEL, CONSTITUCIONAL EM SUA ESSÊNCIA E EXTREMAMENTE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO**. Seu propósito de regulamentar uma atividade tecnológica emergente, com a proteção ambiental e da saúde pública, é louvável e está em sintonia com a ordem constitucional. **NÃO APRESENTA VÍCIO DE INICIATIVA**, sendo legítima a proposição parlamentar. **É CONSTITUCIONAL E LEGAL**, por se inserir na competência legislativa municipal e atender aos princípios constitucionais ambientais e administrativos. **NECESSITA DE AJUSTES DE TÉCNICA LEGISLATIVA E REDAÇÃO**, a fim de evitar ambiguidades e incorreções formais. **DEMANDA ANÁLISE DAS PENALIDADES**, sugerindo-se adequação do valor da multa à realidade local. **PODE SER OBJETO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**, a fim de assegurar participação social e transparência.

No entanto, para conferir maior robustez, segurança jurídica e eficácia à futura lei, **RECOMENDA-SE** ao autor e ao Plenário da Câmara Municipal, aprovar o projeto, porém com as seguintes emendas modificativas ou nova redação a todo projeto:

- a) Reformulação do artigo 1º para definir claramente o objeto, eliminando a redundância com a ementa.
- b) Correção do Art. 3º, III;
- c) Correção dos erros de grafia, concordância e numeração identificados, especialmente no artigo 5º.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FIDÉLIS

Estado do Rio de Janeiro

d) Precisão da redação do inciso III do artigo 5º para especificar os tipos de dano que acarretam a suspensão.

e) Substituição do artigo 4º por texto que remeta expressamente à responsabilidade civil objetiva, conforme o ordenamento jurídico superior.

RECOMENDAR A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, envolvendo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Ambiental, Secretaria Municipal de Agropecuária e Pesca, o Conselho Municipal de Meio Ambiente, o Sindicato Rural, a EMATER-RIO e instituições de pesquisa (como a UENF ou PESAGRO), para debater e refinar os parâmetros técnicos de distância e condições climáticas.

Alertar que, mesmo com as emendas, a efetiva aplicação da lei dependerá de uma estrutura de fiscalização adequada, o que pode demandar previsão orçamentária futura.

Com tais ajustes, o município de São Fidélis irá se posicionar na vanguarda da regulação municipal responsável e sustentável do agronegócio, mitigando significativamente os riscos de questionamentos judiciais bem-fundados.

São Fidélis/RJ, 19 de agosto de 2025.

Gumercindo dos Santos Ribeiro (CCJR)

Amauri Araújo da Silva (CCJR)

Carlos Humberto F. Fratani (CCJR / CSECAR)

Mayky de Jesus Alvarenga (CSECAR)

Alessandro Marins Ferreira (CSECAR)